

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO

EDITAL Nº 075/2015- CONCURSOS PÚBLICOS N.º 001/2015 ANEXO V

Programas e Bibliografias indicados para as provas.

1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL SUPERIOR

Comum aos empregos: 01 - Administrador de Empresas - Especialista em Gestão de Pessoas; 02 - Advogado ; 03 - Auditor de Controle Interno; 04 - Assistente Social; 05 - Cirurgião Dentista - ESF; 06 - Educador Social; 07 - Enfermeiro; 08 - Farmacêutico; 09 - Fisioterapeuta; 10 - Fonoaudiólogo; 11 - Inspetor de Obras; 12 – Auditor Tributário; 13 - Médico Auditor; 14 - Médico Autorizador; 15 - Médico Clínico - Geral; 16 - Nutricionista; 17 - Odontólogo; 18 - Professor - Ciências Físicas e Biológicas; 19 - Professor de Educação Especial - Deficiência Auditiva; 20 - Professor de Educação Especial - Transtornos Globais de Desenvolvimento; 21 - Psicólogo; 22 - Psiquiatra; 23 - Terapeuta Ocupacional; 24 - Veterinário.

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Compreensão e interpretação de textos. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos. Coesão e coerência textuais. Ponto de vista e argumentos. Inferências.

Vocabulário. Significado e expressões no texto. Polissemia e substituição vocabular. Denotação e conotação.

Morfologia: Estrutura e formação de palavras. Separação silábica. Relação entre fonema e letra. Classes de palavras e seu emprego. Flexão nominal e verbal. Vozes verbais.

Ortografia: Grafia correta de palavras.

Sintaxe: Frase, oração, período e seus termos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Coordenação e subordinação. Pontuação.

Colocação pronominal.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

-CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

-HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.** 1. ed. rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

-MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: Os princípios constitucionais (Arts. 1º a 4º). Direitos e garantias Fundamentais (Art. 5º, 6º e Arts. 14, 15, 17). Da Organização do Estado (Art. 18, 19 e 29, 30). Da Administração Pública (Arts. 37 a 41). Da organização dos Poderes (Arts. 44 a 55 e Arts. 76 a 85).

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO 1990 – EMENDA Nº 002 - REVISÃO DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003: Da Organização Municipal (Arts. 1º a 59); Da Administração e Dos Servidores Municipais (Arts. 60 a 77); Da Ordem Econômica Social (Arts. 78 a 95).

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09/06/2015.

-RIO PARDO. Lei Orgânica do Município de Rio Pardo 1990 – Emenda nº 002 - Revisão de 08 de dezembro de 2003. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>>. Acesso em: 09/06/2015.

1.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE INFORMÁTICA

Sistemas operacionais Windows Xp e Windows 7: Conhecimentos referentes à operação e utilização dos principais recursos de cada sistema operacional.

Aplicativos e utilitários: MSOffice (Word e Excel) 2013; LibreOffice 3.x (Writer e Calc); Compactadores de arquivos (WinRAR e 7-zip); Navegadores (Internet Explorer 11, Mozilla Firefox e Google Chrome).

-Material sobre Windows Xp. Disponível em:

<http://ci.ufpel.tche.br/treinamento/apostilas/windows/win_xp/windows_xp_apostilando.pdf>.

Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Windows 7. Disponível em:

<<https://docs.google.com/file/d/0BwBtGQJC59D5MFJtc1c0cjY4MUk/edit?pli=1>>. Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Word 2013. Disponível em:

<<https://support.office.com/pt-br/article/Tutoriais-v%C3%ADdeos-e-cursos-de-treinamento-do-Word-2013-14807f76-d2b5-44d6-af11-9c880c44e551?ui=pt-BR&rs=pt-BR&ad=BR>>. Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Excel 2013. Disponível em:

<<https://support.office.com/pt-br/article/Tutoriais-v%C3%ADdeos-e-cursos-de-treinamento-do-Excel-2013-aaae974d-3f47-41d9-895e-97a71c2e8a4a?ui=pt-BR&rs=pt-BR&ad=BR>>. Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Writer. Disponível em:

<https://wiki.documentfoundation.org/images/b/b3/0200WG3-Guia_do_Writer-ptbr.pdf>.

Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Calc. Disponível em:

<https://wiki.documentfoundation.org/images/9/95/Guia_de_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0s_Fun%C3%A7%C3%B5es_do_LibreOffice_Calc.pdf>.

Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre WinRAR. Disponível em:

<<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/02/como-extrair-arquivos-zip-ou-rar.html>>.

Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre 7-zip. Disponível em:

<<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/10/como-usar-o-7-zip-para-compactar-e-descompactar-arquivos.html>>. Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Internet Explorer 11. Disponível em:

<<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows-8/browse-web-internet-explorer-tutorial>>.

Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Mozilla Firefox. Disponível em:

<https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/introducao-ao-firefox-visao-geral-das-funcionalidades#w_definir-ou-alterar-a-sua-paagina-inicial>. Acesso em: 04/06/2015

-Material sobre Google Chrome. Disponível em:

<<https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR#topic=3421437>>.

Acesso em: 04/06/2015

1.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA CADA EMPREGO

1.4.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 01 - ADMINISTRADOR DE EMPRESAS - ESPECIALISTA EM GESTÃO DE PESSOAS

AS ORGANIZAÇÕES E AS PESSOAS: Os Sistemas Sociais e as Pessoas; As Organizações, seus Elementos, seus Objetivos, seus Participantes, seus sistemas Organizacionais, suas Eficácias e seu Ambiente Interno e Externo; As Pessoas e o Clima Organizacional, o Comportamento Humano, as Comunicações, as reciprocidades entre os Indivíduos e as Organizações, a Motivação humana e os Ciclos Motivacionais; As Teorias X, Y e Z, e as abordagens de Lewin, de Maslow, de Herzberg e de Vroom com as Teorias de Expectação. A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-ARH: O caráter Multivariado e Contingencial da ARH; Objetivos, Políticas, Regulamentos e Normas da ARH; Os Sistemas de Provisão de

RH. Processos, Tipos e Meios de Recrutamento de Pessoas. Processos, Técnicas, Testes e Provas de Seleção de Pessoas; Políticas e Gestão de Funções, Cargos e Salários na Organização; Políticas de Manutenção das Pessoas na Organização e os Benefícios Sociais das Organizações. CONCEITOS BÁSICOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NAS ORGANIZAÇÕES: As Responsabilidades, os Objetivos e os Benefícios da Avaliação de Desempenho. As Comissões e as Supervisões na Avaliação de Desempenho; Os diferentes Métodos da Avaliação de Desempenho e as principais recomendações relacionadas. O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E DAS PESSOAS: Políticas de Desenvolvimento de Pessoal e das Organizações; Educação e Treinamento. Seus Tipos, seus Ciclos, Necessidades x Provisões para as Habilidades, para as Tarefas e para as Operações; A Aprendizagem x o Desempenho Funcional; O Desenvolvimento de Equipes de Trabalho. OS CONTROLES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS: Os Sistemas de Informações e Banco de Dados de RH; Conceitos e Planejamento de Sistemas de Dados e Informações em RH – TI. Relações Trabalhistas. Higiene e Segurança do Trabalho. Auditorias de RH.

Bergamini, Cecília W. – **Psicologia Aplicada a Administração de Empresas**. 3ª ed – Ed. Atlas – 1992.

CARVALHO, Antonio Vieira de – **Desenvolvimento de Recursos Humanos na Empresa**. 1ª ed – Ed. Pioneira – 1974.

CHIAVENATO, Idalberto – **Gestão de Pessoas/O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. 4ª ed – Ed. Manole – 2014.

CHIAVENATO, Idalberto – **Recursos Humanos. Edição Compacta** – Ed. Atlas – 1985.

CLT Atualizada.

DUTRA, Joel Souza – **Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas**. 1ªed – Ed. Atlas – 2008.

JUCIUS, Michael J. – **Administração de Pessoal** – Ed. Saraiva – 1977.

MARRAS, Jean Pierre – **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. 1ª ed – Ed. Futura – 2007.

MILKOVICH, George – **Administração de Recursos Humanos**. Ed. Atlas – 2000.

1.4.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 02 - ADVOGADO

Direito Constitucional

Constituição. Conceito. Classificação. Normas constitucionais. Leis constitucionais e complementares. Emendas e revisão da constituição. Disposições transitórias. Inconstitucionalidade e seus controles. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Princípios constitucionais. Os princípios constitucionais da administração Pública. Direitos e garantias individuais e coletivos. Direitos Sociais. Mandado de Segurança, *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular. Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no direito brasileiro. Federação brasileira. Atribuições constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo legislativo. Orçamento e controle financeiro e orçamentário. Tribunal de Contas. Poder Executivo. Organização. Competência. Funções Essenciais à Justiça. Poder Judiciário. Tribunais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes Estaduais. Regime constitucional dos servidores públicos. Ordem econômica e social na Constituição. Intervenção do Estado no domínio econômico. Seguridade social. Regime constitucional da propriedade. Meio ambiente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Desarmamento. Estatuto do Idoso. Estatuto da Igualdade Racial. Violência doméstica, familiar e contra a mulher.

Direito Administrativo

Relação jurídico-administrativa. A personalidade de direito público. Pessoa Administrativa. Órgão administrativo. Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. A competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Organização administrativa brasileira: princípios fundamentais. Administração direta e indireta. Autarquia. Sociedade de Economia Mista. Empresa Pública. Fundações instituídas pelo Poder Público. Atos administrativos. Formação - elementos, procedimentos administrativo; validade; eficácia; auto-executoriedade. Atividade discricionária da Administração Pública. Limites. Controle. Licitação e contrato administrativo. Lei n. 8.666/93 e posteriores alterações. Polícia administrativa - conceito, e requisitos de seu exercício. As liberdades públicas e o poder de polícia. Serviço público. Concessão, autorização e permissão de serviço público. Bens públicos - disciplina legal. Limitações do direito de propriedade: desapropriação, requisição e servidão administrativa. A Fazenda Pública em juízo. Controle da legalidade dos atos administrativos. Responsabilidade civil do

Estado. Função Pública. Regime Jurídico dos servidores públicos - cargos de provimento efetivo: provimento, estágio probatório, estabilidade; cargos de provimento em comissão. Direitos, deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Parceria Público-Privada.

Direito Tributário

Direito Tributário. Princípios. O Código Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Norma tributária. Espécies. Vigência. Interpretação e aplicação. Obrigação tributária. Estrutura e elementos constitutivos. Espécies. Fato gerador. Sujeitos: ativo e passivo. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Impostos municipais. Espécies. Regulamentação na legislação tributária municipal de Rio Pardo - RS. Taxas e contribuições municipais. Regulamentação na legislação tributária municipal de Rio Pardo - RS. Autuações. Processo administrativo tributário. Junta de Recursos Fiscais. Competência. Dívida Ativa da Fazenda Pública.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

_____. **Código Nacional Tributário** (bem como todas as alterações/atualizações relativas a cada ordenamento até janeiro/2011).

_____. **Lei N.º 6.830/1980** e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. Brasília, 1980.

_____. **Lei N.º 8.666/1993** e suas alterações/atualizações. Institui normas para licitações e contratos da Administração. Brasília, 1993.

_____. **Lei N.º 10.741**, de 01 de outubro de 2003 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

_____. **Lei N.º 12.016/2009** e suas alterações/atualizações. Disciplina o Mandado de Segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 38ª Ed., 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 40ª ed., 2014.

RIO PARDO. **Lei Orgânica do Município**. 1990. Emenda nº 002. Revisão de 08 de dezembro de 2003.

<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva. 6ª ed. 2014.

1.4.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 03 - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL – NAGs, recomendadas pelo Instituto Ruy Barbosa. Normas Técnicas de Auditoria - NBC TA do Conselho Federal de Contabilidade – CFC: 200 - Objetivos Gerais do Auditor; 220- Controle de Qualidade; 230 - Documentação de Auditoria; 260 - Comunicação com os Responsáveis pela Governança; 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno; 300 - Planejamento da Auditoria; 500 - Evidência de Auditoria; 505 – Confirmações Externas; 520 - Procedimentos Analíticos; 530 - Amostragem em Auditoria; 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna; 620 - Utilização do Trabalho de Especialistas; 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor; 705 - Modificações na Opinião; 706 - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório; 720 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações Incluídas em Documentos que Conttenham Demonstrações Contábeis Auditadas. Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Distinção entre auditoria interna, auditoria externa ou independente. Controle interno: conceito, responsabilidade e supervisão, rotinas internas, aspectos fundamentais dos controles internos (relação custo-benefício; definição de responsabilidade e autoridade; segregação de funções; acesso aos ativos; comprovações e provas independentes; método de processamento de dados; pessoal). Planejamento de auditoria: determinação de escopo; materialidade; risco e relevância; amostragem; matriz de planejamento. Execução da Auditoria: programas de auditoria; documentação de auditoria; procedimentos de auditoria: exame documental, inspeção física, conferência.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL: conceito, finalidade, objetivo, abrangência e atuação. Tipos de Auditoria Governamental: auditoria de conformidade; auditoria operacional; auditoria de demonstrações contábeis;

auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados; auditoria de obras públicas. Controle da Administração Pública: Conceito, Tipos e Formas de Controle. Controle Interno, Controle Externo e Controle Social. Controle Prévio, Concomitante e Posterior.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: Patrimônio: conceito; classificação do patrimônio; avaliação e variações patrimoniais. Efeitos das variações orçamentárias e extra orçamentárias sobre o patrimônio. **Orçamento Público:** conceitos; tipos; princípios orçamentários; fases do processo orçamentário; classificação funcional programática; programa; projeto; atividade; operação especial. **Créditos Adicionais:** conceitos, espécies, condições gerais de sua ocorrência. **Receita Pública:** conceito; classificações; estágios da receita. **Despesa Pública:** conceito; classificações; estágios da despesa; Regime de Adiantamento. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/64). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública: Conceito; Poderes e Deveres do Administrador Público; Uso e abuso do poder. Organização Administrativa Brasileira: Princípios; Espécies; Formas e Características. Centralização e Descentralização da Atividade Administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta; Administração Pública Indireta: Autarquias; Fundações; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista. Poderes Administrativos: Poder Vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar, Poder Regulamentar e Poder de Polícia. Serviços Públicos: Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Permissão; Concessão e Autorização. Controle Interno e Externo. Controle Prévio; Concomitante e Posterior; Controle Parlamentar; Controle pelo Tribunal de Contas; Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/93. Lei de Responsabilidade Fiscal.

BOTELHO: Milton Mendes. **Manual prático de controle interno da administração pública municipal.** 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Normas relativas à Administração Pública e ao Processo Orçamentário. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12.06.2015

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações/atualizações. Institui normas para licitações e contratos da Administração. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das áreas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP – NBCT 16.1 até a NBCT 16.11 – Disponível em: <www.cfc.org.br>; <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais>>. Acesso em: 16.06.2015

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

RIO PARDO. Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <www.riopardo.rs.gov.br>. Acesso em: 16.06.2015.

RIO PARDO. Lei Municipal nº. 45 de 1990 e alterações – Estatuto dos Servidores. Disponível em: <http://www.riopardo.rs.gov.br/uploads/norma/14537/Lei_n_45_90_A4.pdf>. Acesso em: 16.06.2015.

RIO PARDO. Lei Municipal 1139/2001 e atualizações. Institui o Sistema de Controle Interno e dá outras providências. Disponível em: <www.riopardo.rs.gov.br>. Acesso em 16.06.2015.

RIO PARDO. **Lei Municipal 1344/2004 e atualizações.** Institui o sistema de controle interno da câmara municipal de Rio Pardo e dá outras providências. Disponível em: <www.riopardo.rs.gov.br>. Acesso em 16.06.2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado.** Porto Alegre, Atualizada até a Emenda n.º 57, de 21/05/2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução n.º. 936/2012 e alterações.** – Sistema de Controle Interno. Disponível em: <www.tce.rs.gov.br>. Acesso em: 16.06.2015.

1.4.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 04 - ASSISTENTE SOCIAL

Determinações sócio históricas da questão social e a constituição dos direitos sociais na realidade brasileira. Fundamentos e instrumentalidade da intervenção do Serviço Social na contemporaneidade: processos de trabalho e estratégias metodológicas. Operacionalização e avaliação das políticas sociais; a participação e o controle social no contexto da democratização do Estado brasileiro. Família contemporânea, direitos da criança e do adolescente e intervenção profissional.

BAPTISTA, Miriam Veras. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direito.** Revista Serviço Social e Sociedade n.º 109. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** Revista Serviço Social e sociedade n.º 106. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social** Acesso em 29/05/2015. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Revista Serviço Social e sociedade n.º 101. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Acesso em 05/05/2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>

GUERRA, Yolanda; Org. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF/ CAPES, 2012

KOGA, Dirce, NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras.** Revista Serviço Social e Sociedade n.º 85. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, V.M. R. ; MIOTO, R. C. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde - SUS e as exigências para os Assistentes Sociais.** In: Mota, E.E., Bravo, M.I.; Uchoa, R.; Nogueira, V.M.; Marsiglia, R.; Gomes, L.; Teixeira, M.. (Org.). In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde – Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo, Cortez, 2008. 3.ed. Acesso em 29/05/2015. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-4.pdf

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde – Formação e Trabalho Profissional, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008. Acesso em 05/05/2015. Disponível em** http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf

SILVA, Maria Ozanira da Silva. (Org) **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001. (I Parte)

WOLFF, Maria Palma. **Direitos Sociais: Fundamentos e políticas de implementação.** Coleção Para Entender Direito. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

1.4.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 05 - CIRURGIÃO DENTISTA - ESF

A promoção de saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. Abordagem restauradora e protética das dentições decídua, mista e permanente. Bioética e relações humanas no trabalho. Cirurgia buco-dentária: diagnóstico e manejo clínico. Determinantes do processo saúde-doença bucal. Diagnóstico e tratamento de alterações de tecidos bucais. Etiopatogenia, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças cárie e periodontal. Prevenção da saúde bucal direcionada a família, a grupos e individual. Prevenção e controle de riscos em serviços de odontologia. Traumatismo dentário: diagnóstico e manejo clínico.

ABOPREV: **Promoção de Saúde Bucal/Coordenação Léo Krieger.** – 3ª ed. – São Paulo: Artes Médicas, 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 156 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: < www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_odonto.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: < www.anvisa.gov.br/servicosaude/.../manual_gerenciamento_residuos.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p.: il.– (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 290 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II). Disponível em: < www.saude.sp.gov.br/.../cadernos_de_atencao_basica_-_volume_i.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: < bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abacad17.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 197 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: < bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abacad18.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Dean, J.A.; Avery, D. R.; McDonald, R.E. **Odontologia para Crianças e Adolescentes**. Elsevier, 2011.

Fejerskov O.; Kidd, E. **Cárie Dentária: a Doença e seu Tratamento Clínico**. Ed. Santos, 2005.

Lindhe, J.; Karring, T.; Lang, N.P. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantodontia Oral**. 3ª Ed. Editora Guanabara-Koogan, 1997.

Rose, L.E.; Genco, R.J.; Mealey, B.L.; Cohen, D.W. **Medicina Periodontal**. 1ª Ed. Editora Santos, 2002.

SESC. DN. DPD Manual técnico de educação em saúde bucal / Claudia Márcia Santos Barros, coordenador. – Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. 132p.: il. Disponível em: <

bvsmms.saude.gov.br/bvs/.../manualTecnicoEducacaoSaudeBucal.pdf > Acesso em: 01/06/2015.

Wannmacher, L.; Ferreira, M.B.C. **Farmacologia Clínica para Dentistas**. Ed. Guanabara-Koogan, 1999.

Wannmacher, L.; Ferreira, M.B.C. **Farmacologia Clínica para Dentistas**. Ed. Guanabara-Koogan, 1999.

1.4.6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 06 - EDUCADOR SOCIAL

A consciência e o ato ético; Medidas socioeducativas; Diretrizes para o atendimento socioeducativo; Educação não formal; Multiculturalismo e educação; O educador como agente sociocultural; O papel do trabalhador social no processo de mudança; Planejamento de projetos de trabalho; Os temas transversais e o plano de ensino.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

(Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>)

BUSQUETS, M.D et all. **Temas transversais em Educação. Bases para uma formação integral**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 12ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CANDAU, V.M. (org) **Didática crítica intercultural – aproximações**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

_____. **Sociedade, Educação e Cultura(s). Questões e propostas.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M.da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

1.4.7. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 07 - ENFERMEIRO

Doenças sexualmente transmissíveis. Ética e Lei do Exercício Profissional. Imunizações. Limpeza e desinfecção de Superfícies. Limpeza, desinfecção esterilização e de materiais. Prevenção de infecções. Sistematização da Assistência de Enfermagem e procedimentos administrativos. Técnicas e procedimentos de enfermagem: administração de medicamentos, coleta de material para exame, realização de curativos, sondas e cateteres.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST. **Cadernos de Atenção Básica** – número 18. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abacad18.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADULTO E DO IDOSO.** Disponível em: aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calendario.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

BRASIL. **Lei N.º 7.498, de 25 de junho de 1986.** Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem. Disponível www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em: 25 de maio de 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde/** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Anvisa, 2007. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao_maos/manual_integra.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância. **RESOLUÇÃO - RDC N 15, de 28 de março de 2014.** Dispõe sobre os requisitos relativos à comprovação do cumprimento de Boas Práticas de Fabricação para fins de registro de Produtos para Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.sbpc.org.br/upload/conteudo/anvisa_rdc15_2014.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies/Agência Nacional de Vigilância Sanitária.** Brasília: Anvisa, 2010. 116 p. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4ec6a200474592fa9b32df3fbc4c6735/Manual+Limpeza+e+Desinfeccao+WEB.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 29 de maio de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.**

RESOLUÇÃO COFEN 311/2007. Porto alegre: COREN. Disponível em: se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007

<http://www.portalcoren.rs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

VOLPATO, Andrea Cristine Bressane e PASSOS, Vanda Cristina dos Santos. **Técnicas Básica de Enfermagem.** Editora Martinari, 4ª Edição, 2014.

1.4.8. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO – 08 - FARMACÊUTICO

Assistência Farmacêutica: Conceito. Etapas de Programação e Aquisição de medicamentos: Conceitos, Objetivos, Critérios, Etapas, Métodos, Indicadores de qualidade; critérios de cadastro de fornecedores; especificações técnicas de produtos, embalagem, materiais, equipamentos e instalações. Armazenamento de medicamentos: Objetivos, Estruturação e Dimensionamento de Área Física; Fluxo de Materiais, Técnicas e Condições de Armazenamento, Gestão de estoques (inventário, curva ABC; Classificação XYZ; estoque de segurança, máximo, ponto de reposição, lote de reposição, tempo de reposição); Farmácia Magistral (RDC ANVISA nº 67/2007). Boas Práticas Farmacêuticas (RDC ANVISA nº 44/2009 e todas as atualizações). Gestão e dispensação de medicamentos controlados e Farmacologia das classes

terapêuticas da Lista A1, B1 e C1 (Port. 344/1998 e RDC ANVISA nº 20/2011 e suas atualizações). Farmacovigilância; Tipos de estudos; Reações Adversas a Medicamentos. Atenção Farmacêutica (Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica). Uso racional de medicamentos. Leis nº 5991/1973 e nº 13.021/2014 (exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas). Legislação de Vigilância Sanitária (Lei nº 6360/1973 e atualizações).

-BRASIL. **Lei nº 5.991**, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. **Lei nº 6.360**, de 23 de setembro de 1976 e suas atualizações. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. **Lei nº 13.021**, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. ANVISA. **Portaria nº 344**, de 12 de maio de 1998 e listas e RDCs que atualizem. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em:

<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Medicamentos/Assunto+de+Interesse/Produtos+controlados/Legislacao2>>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 67**, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiniais para Uso Humano em farmácias. Disponível em:

<<http://www.crfma.org.br/site/arquivos/legislacao/resolucoeseinstrucoesnormativasdaanvisa/RDC%2067%202007.pdf>>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 44**, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/180809_rdc_44.pdf> Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 20**, de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Disponível em:

<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4d67008046834fb98a629e99223cd76e/RDC+20+2011.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em 08/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. 2. ed. Brasília – DF, Ministério da Saúde, 2006. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/283.pdf>>. Acesso em 08/06/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Farmacoterapêutica. **Promovendo o uso racional dos medicamentos: principais componentes**. Pharmacia Brasileira - Mar/Abr 2003. Disponível em:

<<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/91/farmacoterapeutica.pdf>>. Acesso em 08/06/2015.

-FUCHS, F. D. e WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica - Fundamentos da terapêutica racional. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

-IVAMA, A. M.; NOBLAT, L.; CASTRO, M. S.; OLIVEIRA, N. V. B. V.; JARAMILLO, N. M.; RECH, N. **Atenção Farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos** - relatório 2001 - 2002. Brasília, (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. Disponível em:

<<http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>>. Acesso em 08/06/2015.

-STORPIRTIS, Sílvia et al. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Capítulos relacionados à: Farmacovigilância, Reações Adversas, Aquisição de Medicamentos (controle de estoque). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

1.4.9. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 09 - FISIOTERAPEUTA

Exame do Sistema Músculo esquelético.
Exame do sistema Nervoso.
Exame do aparelho respiratório.
Exame do aparelho cardiovascular.
Testes de força e amplitude articular.
Sentidos somáticos (propriocepção).
Neuroanatomia dos mecanismos da dor.
Dor mediada pelo sistema nervoso simpático.
Taxonomia: definição de termos sobre dor.
Conceitos básicos em eletricidade e terminologia contemporânea.
Instrumentação para eletroterapia.
Estimulação elétrica do músculo: técnicas e aplicações.
Estimulação elétrica na modulação da dor.
Calor superficial, hidroterapia, diatermia por ondas curtas, crioterapia, radiação ultra violeta, estimulação elétrica nervosa transcutânea, correntes interferenciais.
Doenças ortopédica e traumatológicas que afetam segmentos da coluna vertebral e membros.
Tratamento Fisioterapêutico do quadril, joelho, na paralisia cerebral.
Tratamento fisioterapêutico no membro superior, recuperação funcional do joelho e nos traumatismos dos membros inferiores.
Resolução COFFITO nº 08. Resolução COFFITO nº 10. Resolução COFFITO nº 37. Resolução COFFITO nº 80.
-BEVILACQUA, F.; BANSOUSSAN E.; JANSEN J. et CASTRO, F. **Manual do Exame Clínico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2001.
-CAILLET, René. **Dor – Mecanismos e tratamento**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
-CLARKSON, Hazel M. **Avaliação Musculoesquelética – Amplitude de movimento articular e força muscular manual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002
-COHEN, Helen. **Neurociência para Fisioterapeutas**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2001.
-CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº 08, de 20 de fevereiro de 1978**. Aprova as Normas para habilitação ao exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/79-resolucao-n-08-alterada-pelas-resolucoes-n-15-18-28-184-331-353-e-359-aprova-normas-para-habilitacao-ao-exercicio-das-profissoes-de-fisioterapeuta-e-terapeuta-ocupacional.html>>. Acesso em: 26/06/2015
-CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº 10, de 3 de julho de 1978**. Aprova o Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em:
<<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/81-resolucao-n-10-aprova-o-codigo-de-etica-profissional-de-fisioterapia-e-terapia-ocupacional.html>>. Acesso em: 26/06/2015.
-CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº 37**. Baixa o novo texto do REGULAMENTO para registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em:
<<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/108-resolucao-n-37-baixa-o-novo-texto-do-regulamento-para-registro-de-empresas-nos-conselhos-regionais-de-fisioterapia-e-terapia-ocupacional.html>>. Acesso em: 26/06/2015.
-CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº 80, de 9 de maio de 1987**. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do FISIOTERAPEUTA, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/151-resolucao-n-80-baixa-atos-complementares-a-resolucao-coffito-8-relativa-ao-exercicio-profissional-do-fisioterapeuta-e-a-resolucao-coffito-37-relativa-ao-registro-de-empresas-nos-conselhos-regionais-de-fisioterapia-e-terapia-ocupacional-e-da-outras-provide.html>>. Acesso em: 26/06/2015.
-HAYES, Karen W. **Manual de Agentes Físicos**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
-HEBERT, Siziño et. Col. **Ortopedia e Traumatologia – Princípios e Práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

- PRYOR, J. A. & WEBBER, B. A. **Fisioterapia para Problemas Respiratórios e Cardíacos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- ROBINSON, A. & MACKLER, L. **Eletrofisiologia Clínica – Eletroterapia e teste eletrofisiológico**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

1.4.10. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 10 - FONOAUDIÓLOGO

FUNDAMENTOS PARA A FONOAUDIOLOGIA: Sistema Auditivo e Desenvolvimento das Habilidades Auditivas. Desenvolvimento Normal das Funções do Sistema Sensorio Motor oral. Fonoaudiologia e Epidemiologia. Fisiologia da Fonação.

AUDIÇÃO: Avaliação audiológica infantil e adulta. Impacto ambiental e ocupacional na audição de trabalhadores. Intervenção audiológica em crianças, adultos e idosos.

LINGUAGEM E FALA: Avaliação e Diagnóstico das Linguagens Oral e Escrita. Fonologia: Desenvolvimento, Alterações e Intervenção. Aquisição e Desenvolvimento da Leitura e da Escrita. Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem. A Linguagem na Síndrome de Down. Paralisia Cerebral. Linguagem e Gerontologia. Alterações de Fala nas Disartrias e Dispraxias. Gagueira – avaliação e tratamento.

MOTRICIDADE OROFACIAL: Diagnóstico das Alterações de Respiração, Mastigação e Deglutição. Tratamento Fonoaudiológico nas Doenças neuromusculares. Avaliação e Tratamento das fissuras labiopalatinas. Disfagias – Avaliação e Tratamento.

SAÚDE COLETIVA: Promoção da Saúde e a Produção do Cuidado em Fonoaudiologia. Atenção básica e Saúde da Família. Fonoaudiologia e Inclusão Social. Atenção à Saúde e Organização de Serviços em Fonoaudiologia. Fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde. Saúde e Ambiente.

VOZ: Disfonia na Infância. Voz em Câncer de Cabeça e Pescoço. Avaliação e Tratamento da voz. Voz e Qualidade de Vida na Terceira Idade.

FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO: Atuação do Fonoaudiólogo nas escolas.

LEGISLAÇÃO: Código de Ética da Fonoaudiologia. Atuação do Fonoaudiólogo nas escolas. Legislação do SUS.

-BERBERIAN, AP. **Fonoaudiologia e Educação**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

-BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em 29.05.2015.

-CAMPOS, GWS.; MINAYO, MCS.; AKERMAN, M.; JÚNIOR, MD.; CARVALHO, YM. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro. Hucitec, Fiocruz, 2009.

-CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Código de Ética da Fonoaudiologia**. Resolução CFFa nº 305/2004. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/paginas_internas/pdf/codeport.pdf>. Acesso em 29.05.2015.

-CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Resolução CFFa nº 309**, de 01 de abril de 2005. Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/res-309-site.pdf>>. Acesso em 29.05.2015.

-FERNANDES, FDM.; MENDES, BCA.; NAVAS, ALPGP. **Tratado de Fonoaudiologia**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.

-ORTIZ, KZ. **Distúrbios Neurológicos Adquiridos**. Linguagem e Cognição. 2. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

-ZEMLIN, WR. **Anatomia e Fisiologia em Fonoaudiologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

1.4.11. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO -11 - INSPETOR DE OBRAS

Leitura e Interpretação de Projetos; Orçamento de Obras; Antes de Construir e Problemas Frequentes; Terreno e Fundações; Impermeabilização; Estrutura; Alvenaria; Coberturas e Forros; Esquadrias; Instalações Elétricas e Hidráulicas; Pisos; Revestimento de Paredes; Materiais de Construção; Segurança e Medicina do Trabalho; NR-6; NR-8; NR-9; NR-10; NR-11; NR-17; NR-18; NR-21 e NR-24; Plano Diretor - PDDI - Prefeitura Municipal de Rio Pardo; Plano Municipal de Saneamento Básico - Prefeitura Municipal de

Rio Pardo; Código de Posturas - Prefeitura Municipal de Rio Pardo; Lei 1592/08 Risco de Vida - Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Mãos à obra pro: o guia do profissional da construção**. São Paulo: Alaupe Editorial, 2013. – (Mãos à obra pro; v.1, v. 2, v. 3 e v. 4)

-BORGES, Alberto de Campos. **Prática das pequenas construções**. São Paulo: Edgard Blücher, vol 1: 6.ª ed.; v. 2: 3ª ed, 1972.

-LENGEN, J.V. **Manual do arquiteto descalço**. Porto Alegre. Editora Empório do Livro; 2008.

-MANUAIS DE LEGISLAÇÃO, ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**. 59ª edição. São Paulo, Atlas.

-RIO PARDO. **Código de Posturas - Prefeitura Municipal de Rio Pardo**. Disponível em: <<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/18/?Codigo-de-Posturas.html>>. Acesso em: 26.06.2015.

-RIO PARDO. **Lei Nº. 1592/08 Risco de Vida**. Dispõe sobre a concessão de gratificação a título de risco de vida aos servidores ocupantes do emprego de inspetor de tributos e obras e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/7/nome/MTU5Mg==/?Legislacao---Codigo-de-Posturas.html>>. Acesso em: 26.06.2015.

-RIO PARDO. **Plano Diretor - PDDI - Prefeitura Municipal de Rio Pardo**. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/14/?Plano-Diretor---PDDI.html>>. Acesso em: 26.06.2015.

-RIO PARDO. **Plano Municipal de Saneamento Básico – Prefeitura Municipal de Rio Pardo**. Disponível em:<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/26/?Plano-Municipal-de-Saneamento-Basico.html>>. Acesso em: 26/06/2015.

-RIPPER, Ernesto. **Como evitar erros na construção**. São Paulo. Pini.

-SINDUSCON/RS. **Manual de segurança do trabalho na construção civil**. Fiergs. Sesi. Senai. 1999. Porto Alegre.

1.4.12. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 12 - AUDITOR DE TRIBUTÁRIO

Direito Administrativo: Relação jurídico-administrativa. A personalidade de direito público. Pessoa Administrativa. Órgão administrativo. Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. A competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Organização administrativa brasileira: princípios fundamentais. Administração direta e indireta. Autarquia. Sociedade de Economia Mista. Empresa Pública. Fundações instituídas pelo Poder Público. Atos administrativos. Formação - elementos, procedimentos administrativo; validade; eficácia; auto-executoriedade. Atividade discricionária da Administração Pública. Limites. Controle. Licitação e contrato administrativo. Lei n. 8.666/93 e posteriores alterações. Polícia administrativa - conceito, e requisitos de seu exercício. As liberdades públicas e o poder de polícia. Serviço público. Concessão, autorização e permissão de serviço público. Bens públicos - disciplina legal. Limitações do direito de propriedade: desapropriação, requisição e servidão administrativa. A Fazenda Pública em juízo. Controle da legalidade dos atos administrativos. Responsabilidade civil do Estado. Função Pública. Regime Jurídico dos servidores públicos - cargos de provimento efetivo: provimento, estágio probatório, estabilidade; cargos de provimento em comissão. Direitos, deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Parceria Público-Privada.

Direito Tributário: Direito Tributário. Princípios. O Código Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Norma tributária. Espécies. Vigência. Interpretação e aplicação. Obrigação tributária. Estrutura e elementos constitutivos. Espécies. Fato gerador. Sujeitos: ativo e passivo. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Impostos municipais. Espécies. Regulamentação na legislação tributária municipal de Rio Pardo - RS. Taxas e contribuições municipais. Regulamentação na legislação tributária municipal de Rio Pardo – RS. Código Tributário do Município de Rio Pardo. Lei Complementar nº 1302/2003. Lei Complementar 116/2003. Lei Municipal nº 1672/2009. Lei Complementar 123/2006. Autuações. Processo administrativo tributário. Junta de Recursos Fiscais. Competência. Dívida Ativa da Fazenda Pública.

-BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12.06.2015>. Acesso em: 12.06.2015.

- _____. **Código Nacional Tributário** e suas alterações/atualizações relativas a cada ordenamento.

-DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 38ª Ed., 2015.

- _____. **Lei Complementar Nº 116/2003** e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm>. Acesso em: 12.06.2015.

- _____. **Lei Complementar Nº 123/2006**, suas alterações e atualizações, em especial sua republicação em atendimento ao disposto no [art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011](#).) Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 12.06.2015.

- _____. **Lei nº. 1.672/2009**, suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, em especial no que concerne ao imposto sobre serviços de qualquer natureza. Disponível em:

<http://www.riopardo.rs.gov.br/uploads/norma/14607/Lei_n_1672_09_ISS_COD_TRIBUT.pdf>.

Acesso em: 12.06.2015.

- _____. **Lei N.º 6.830/1980** e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. Brasília, 1980.

- _____. **Lei N.º 8.666/1993** e suas alterações/atualizações. Institui normas para licitações e contratos da Administração. Brasília, 1993.

- _____. **Lei N.º 10.741**, de 01 de outubro de 2003 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

- _____. **Lei N.º 12.016/2009** e suas alterações/atualizações. Disciplina o Mandado de Segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009.

-MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 40ª ed., 2014.

-RIO PARDO. Código Tributário do Município. **Lei Complementar nº. 1302/2003**, suas alterações/atualizações. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/uploads/norma/14554/CTM RIO PARDO 2012.pdf>>.

Acesso em: 12.06.2015.

- _____. **Lei Orgânica do Município. 1990. Emenda nº 002. Revisão de 08 de dezembro de 2003**. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>>. Acesso em: 12.06.2015.

-SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva. 6ª ed. 2014.

1.4.13. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 13 - MÉDICO AUDITOR

Sistema Nacional de Auditoria – SNA. Auditor Médico do Sistema Único de Saúde – SUS. Aplicação de Glosas em Auditoria no SUS: conceitos, legitimidade, aplicações, fundamentação, motivos, cobranças indevidas. Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde. Sistema Estadual de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde. Médico investido da função de auditor. Código de Ética Médica. Organização do Sistema Único de Saúde – SUS, planejamento da saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa. Resolução CFM nº 1.614/2001. Bioestatística e Epidemiologia Clínica. Cardiologia: arritmias, cardiopatia isquêmica, dislipidemias, interpretação do eletrocardiograma, endocardite infecciosa, febre reumática, hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, miocardites, síndromes coronarianas agudas, miocardiopatias, semiologia cardíaca, valvulopatias. Endocrinologia: diabetes melito, gestação e endocrinopatias, obesidade, osteoporose, síndromes autossômicas poliglandulares, doenças da tireóide, neoplasias malignas da tireóide. Gastrenterologia: refluxo gastroesofágico, esôfago de Barrett, infecção por *Helicobacter pylori*, úlcera péptica, hemorragias digestivas, diarreia aguda e suas características, parasitoses, pancreatite aguda, hepatites, cirrose, ascite, peritonite bacteriana espontânea.

Geriatrics: demência, déficit cognitivo leve, aneurisma de aorta abdominal, doença arterial periférica, depressão, fragilidade e síndrome de decadência global, incontinência urinária, quedas, úlceras por pressão. Hematologia: alterações no hemograma, anemias, eritrocitose, policitemia, alterações da série branca, pancitopenia, coagulação, trombofilias, coagulação intravascular disseminada, leucemias agudas e crônicas. Doenças infecciosas e HIV: HIV/AIDS, citomegalovirose, criptococose, histoplasmose, tuberculose, diarreia em pacientes com AIDS, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis na violência sexual, doenças de chagas, malária, febre e doenças exantemáticas, tétano, infecções relacionadas a cateteres intravasculares, mononucleose infecciosa. Nefrologia: insuficiência renal aguda e crônica, acidose tubular renal, eletrólitos, hipercalcemia, hipercalemia e hipocalemia, hipernatremia e hiponatremia, equilíbrio acidobásico, anion *gap*, glomerulopatias, nefrite intersticial aguda, proteinúria. Neurologia: alterações de consciência, acidente vascular encefálico, ataque isquêmico transitório, acidente vascular hemorrágico, hemorragia subaracnoide, cefaléia, demência, doença de Parkinson, epilepsia, morte cerebral, traumatismo craniencefálico, tremor. Nutrição: avaliação nutricional, necessidades energéticas, terapia nutricional enteral, nutrição parenteral, terapia nutricional em cenários específicos. Oncologia: conceitos em oncologia, marcadores tumorais, rastreamento do câncer do colo de útero, drogas antineoplásicas e efeitos adversos, esquemas de poliquimioterapia, neoplasias malignas. Pneumologia: asma, bronquiectasias, doença pulmonar obstrutiva crônica, doenças pulmonares parenquimatosas difusas, hemoptise, massa mediastinais, hipertensão pulmonar, nódulo pulmonar solitário, pneumonia hospitalar ou nosocomial, pneumotórax, tabagismo, tromboembolismo pulmonar. Psiquiatria: álcool e outras substâncias que causam dependência, ataque de pânico, agitação psicomotora, delirium, transtornos do humor, risco de suicídio, esquizofrenia, depressão e ansiedade. Terapia intensiva: analgesia e sedação, monitoração hemodinâmica, drogas vasoativas, sepse e infecções nosocomiais, resistência bacteriana e fatores de risco. Medicina Preventiva e Social. Atenção Primária à Saúde no Brasil. Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente em situação de violência. Atenção à Saúde da Mulher em situação de violência. Acompanhamento de saúde da gestante e puerpéra. Atenção à Saúde do Idoso. Vertigens e tonturas. Problemas musculoesqueléticos no adulto. Problemas e procedimentos cirúrgicos. Ferimentos cutâneos, anestesia regional, pequenos procedimentos em atenção primária, problemas comuns em urologia, problemas orificiais, hérnias da parede abdominal, queimaduras. Ressuscitação cardiopulmonar, intoxicações. Medicina Geral e as doenças: epidemiologia das doenças, quadro clínico e laboratorial de doenças, sinais e sintomas, classificação de doenças e sua evolução, exames complementares, diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção de doenças. BRASIL. Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS): Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Decreto nº 1.651/1995. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Portaria nº 2.266/2001. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Portaria nº 2209/2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. DENASUS. Orientações Técnicas sobre Aplicação de Glosas em Auditoria no SUS. Brasília, 2005. Código de Ética Médica. Resolução do Conselho Federal de Medicina - CFM nº 1931/2009. Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM nº 1.614/2001. DUNCAN, Bruce B. **Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências.** Bruce B. Duncan, Maria Inês Schmidt, Elsa R. J. Giugliani [et al]. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2013. RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 38.546 de 05 de junho de 1998 que institui e regulamenta o Sistema Estadual de Auditoria, no âmbito do SUS. STEFANI, Stephen Doral; BARROS, Elvino; **organizadores. Clínica Médica: consulta rápida.** 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2013.

1.4.14. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 14 - MÉDICO AUTORIZADOR

Identificação de condições clínicas que indicam a necessidade de encaminhamento para a Emergência. Identificação de condições clínicas que indicam encaminhamento para especialista focal. Identificação de conteúdo descritivo adequado em um pedido de encaminhamento para especialista focal. Identificação de situações clínicas que indicam a realização de exames complementares de imagem. Identificação de situações clínicas que indicam a realização de procedimentos cirúrgicos. Demonstrar conhecimento de gestão da clínica, como conhecimento e organização da demanda, organização da agenda e habilidades para serem utilizadas na gestão da clínica. Demonstrar conhecimento de epidemiologia clínica. Demonstrar

conhecimento de medicina baseada em evidências aplicada à prática médica. Demonstrar conhecimento do conceito e da aplicação de prevenção quaternária.

FREITAS F et al. **Rotinas em Ginecologia**. 6ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GREENBERG, Raymond S. Et al. **MEDICAL EPIDEMIOLOGY**. Printed in The United States of America: The McGraw-Hill Companies, Inc., 2005.

GUSSO, Gustavo e LOPES, José Mauro Ceratti. **TRATADO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE – Princípios, formação e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MARTINS, Herlon Saraiva. Et al. **EMERGÊNCIAS CLÍNICAS – Abordagem Prática – Disciplina de Emergências Clínicas Hospital das Clínicas da FMUSP**. 9ª edição. São Paulo: Manole, 2014.

McKean, Sylvia C. Et al. **PRINCIPLES AND PRACTICE OF HOSPITAL MEDICINE** Printed in China: The McGraw-Hill Companies, Inc., 2012.

PAPADAKIS, Maxine A. and MCPHEE, Stephen J.. **Current Medical Diagnosis & Treatment 2015, Fifty-Fourth Edition**. Printed in The United States of America: McGraw-Hill Education, 2014.

“Protocolos de Regulação Ambulatorial”. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/telessauders/nossos-servicos/apoio-a-regulacao>>. Acesso em: 27/05/15.

1.4.15. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 15 - MÉDICO CLÍNICO - GERAL

Assistência à saúde da criança e adolescência. Processos de Ciclo de vida. Abordagem de crianças e adolescentes com problemas. Imunização. Problemas sistêmicos. Problemas cardiovasculares. Problemas respiratórios. Problemas gastrointestinais. Problemas endocrinológicos. Problemas ginecológicos. Problemas obstétricos ambulatoriais. Problemas genitourinários. Problemas musculoesqueléticos. Problemas dermatológicos. Problemas infecciosos. Problemas de saúde mental. Seleção e interpretação de testes diagnósticos. Cirurgia ambulatorial. Situações de emergência. Situações de indicação à internações hospitalares.

CORDIOLI, Aristides Volpato. Et al. **Psicofármacos – Consulta Rápida**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Gerência de Saúde Comunitária. **Atenção à Saúde da Gestante em APS/** organização de Maria Lucia Medeiros Lenz, Rui Flores. - Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2011. O livro pode ser acessado na íntegra na página do Grupo Hospitalar Conceição, Disponível em:

<<http://www2.ghc.com.br/GepNet/publicacoes/atencaosaudedagestante.pdf>>

Acesso em 29/05/15.

FREITAS, Fernando. Et al. **Rotinas em Ginecologia**. 6ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GOROLL, Allan H; Mulley, Albert G. **PRIMARY CARE MEDICINE- Office Evaluation And Management Of The Adult Patient**. Seventh Edition. New York: Lippincott Williams & Wilkins, 2014.

GUSSO, Gustavo e Lopes, José Mauro Ceratti. **TRATADO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE – Princípios, formação e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MARTINS, Herlon Saraiva. Et al. **EMERGÊNCIAS CLÍNICAS – Abordagem Prática – Disciplina de Emergências Clínicas Hospital das Clínicas da FMUSP**. 9ª edição. São Paulo: Manole, 2014.

“Protocolos de Regulação Ambulatorial”. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/telessauders/nossos-servicos/apoio-a-regulacao>>. Acesso em: 27/05/15.

SOARES, José Luiz Moller Flôres. Et al. **Métodos Diagnósticos: consulta rápida**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2012.

1.4.16. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 16 – NUTRICIONISTA

Fisiologia da Nutrição.

Necessidades de nutrientes.

Avaliação nutricional de crianças, jovens, adultos e idosos.

Nutrição da gestante.

Nutrição infantil.

Nutrição de adultos e idosos.
Desnutrição nas diversas fases da vida.
Dietoterapia de crianças, jovens, adultos e idosos.
Educação e orientação alimentar.
Planejamento, implantação e execução de projetos de estrutura física da UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição).
Planejamento dietético – elaboração de cardápios.
Controle de refeições – planejamento, aquisição, armazenamento, preparação e distribuição.
Qualidade e higiene de alimentos.
Técnicas dietéticas
Treinamento de pessoal para a UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição).
DUARTE, Luiz J. Varo, GUERRA, Regina H. Duarte. **Nutrição e obesidade**. Porto Alegre: Artes ofícios, 2001.
DUNCAN, Bruce B. **Medicina Ambulatorial**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.
EVANGELISTA, José. **Tecnologia dos Alimentos**. 2.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 1998.
KRAUSE, Marie V. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 10.ed. São Paulo: Rocca, 2002.
MARTINS, Cristina et al. **Manual de dietas hospitalares – NUTROCLÍNICA**. Curitiba: Nutroclínica, 2003.
ORNELLAS, Lieselotte H. **Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos**. 7.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.
PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Nutrição e Técnica Dietética**. 1.ed. São Paulo: Editora Manole, 2003.
REIS, Nelzir Trindade. **Curso de Aperfeiçoamento em Nutrição Clínica**. Conselho Federal de Nutricionistas, s.
SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 6.ed. São Paulo: Varela, 2005.

1.4.17. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 17 - ODONTÓLOGO

A promoção de saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. Bioética e relações humanas no trabalho. Determinantes do processo saúde-doença bucal. Diagnóstico e tratamento de alterações de tecidos bucais. Etiopatogenia, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e tratamento da doença cárie. Etiopatogenia, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças periodontais. Metodologia Científica. Planejamento e ações em saúde. Prevenção e controle de riscos em serviços de odontologia. Prevenção da saúde bucal direcionada a família, a grupos e individual.
ABOPREV: Promoção de Saúde Bucal/Coordenação Léo Krieger. – 3ª ed. – São Paulo: Artes Médicas, 2003.
Andrade, A.C.V.; et al. Planejamento das ações educativas pela equipe multiprofissional da Estratégia Saúde da Família. *O Mundo da Saúde*, São Paulo - 2013;37(4):439-449. Disponível em: < www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/155558/A09.pdf > Acesso em: 01/06/2015.
Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 156 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: < www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_odonto.pdf > Acesso em: 01/06/2015.
Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: < www.anvisa.gov.br/servicosaude/.../manual_gerenciamento_residuos.pdf > Acesso em: 01/06/2015.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p: il.– (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf> Acesso em: 01/06/2015.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

290 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II). Disponível em: <www.saude.sp.gov.br/.../cadernos_de_atencao_basica_-_volume_i.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: <bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abca17.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 197 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abca18.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

Campos, Francisco Carlos Cardoso **Planejamento e avaliação das ações em saúde**/Francisco Carlos Cardoso de Campos, Horácio Pereira de Faria, Max André dos Santos. - 2ª ed. - Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2010. 114p. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0273.pdf>> Acesso em: 01/06/2015.

Carnut, L. J. Planejamento e programação de ações em saúde: conceitos, importância e suas influências na organização dos serviços de saúde bucal. *Manag Prim Health Care* 2012; 3(1):53-61. Disponível em: <www.jmphc.com/ojs/index.php/01/article/download/39/33> Acesso em: 01/06/2015.

Fejerskov O.; Kidd, E. **Cárie Dentária: a Doença e seu Tratamento Clínico**. Ed. Santos, 2005.

Medronho, R.A. et. al. **Epidemiologia**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.

Rose, L.E.; Genco, R.J.; Mealey, B.L.; Cohen, D.W. **Medicina Periodontal**. 1ª Ed. Editora Santos, 2002.

SESC. DN. DPD Manual técnico de educação em saúde bucal / Claudia Márcia Santos Barros, coordenador. – Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. 132p.: il. Disponível em: <bvsmms.saude.gov.br/bvs/.../manualTecnicoEducacaoSaudeBucal.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

1.4.18. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 18 - PROFESSOR - CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

Planejamento de ensino; Elementos constitutivos da ação didática; Práticas de projetos; Práticas avaliativas; Relação Ensino e Pesquisa; Métodos globalizados; Sequências didáticas; Organização dos conteúdos; Teorias e tendências pedagógicas; O Ensino e a Docência.

BECKER, F. et MARQUES, T.B.I.(orgs) **Ser Professor é Ser Pesquisador**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29ªed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HERNANDEZ, F. et VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho. O conhecimento é um caleidoscópio**. 5ªed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Didática Geral**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

MELO, Alessandro de et URBANETZ, Sandra T. **Fundamentos de Didática**. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

SILVA J.F.da. HOFFMANN, J.; ESTEBAN, N.T.(orgs) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

_____. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25.06.2015

1.4.19. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 19 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O sujeito surdo: conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Legislação: Libras como língua e políticas linguísticas na educação de surdos. Escolarização de aluno surdo na educação infantil e anos iniciais. Letramento na educação de surdos. Português para surdos: ensino de segunda língua. Bilinguismo e a educação inclusiva. Formação de professores em língua de sinais. Proficiência em Libras de Professores ouvintes. Atendimento educacional especializado para surdos.

ALBRES, N.A.; GRESPAN, S. (Org.) **Libras em estudo: política linguística**. São Paulo: FENEIS, 2013. Disponível em: <http://www.feneissp.org.br/index.php/e-books> Acesso em: 02/06/2015

ALBRES, N.A.; GRESPAN, S. (Org.) **Libras em estudo: formação de profissionais**. São Paulo: FENEIS, 2014. Disponível em: <http://www.feneissp.org.br/index.php/e-books> Acesso em: 02/06/2015

BRASIL. 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2_002/L10436.htm Acesso em: 02/06/2015

BRASIL. Decreto nº. 5626. **Regulamenta a Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002, e o artigo 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL. Decreto nº. 7611. **Educação especial e o atendimento educacional especializado**. Brasília: SEESP/MEC, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm
Acesso em: 02/06/2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF. MEC/SECADI, 2014.

FLORES, V.M.; FINGER, I. **Proposta de Questionário de Histórico de Linguagem e Autoavaliação de Proficiência para Professores Ouvintes Bilíngues Libras/Língua Portuguesa**. Revista SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 17/2, dez. 2014. p. 278-301. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/17688/15703> Acesso em: 02/06/2015

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. **Uma escola, duas línguas: Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Editora Mediação: Porto Alegre, 2010.

LODI, A.C; MÉLO, A. D. B; FERNANDES, E. **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25.06.2015

1.4.20. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 20 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO

Histórico da Educação especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Fundamentos da Educação Inclusiva. Legislação da Educação Especial. A Escola Comum Inclusiva: Projeto Político Pedagógico; Atendimento Educacional Especializado; Formação de professores para o AEE. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado. Transtornos Globais do Desenvolvimento: Subsídios teóricos e interface com a educação escolar. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Alternativa e Aumentativa. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. V. 9 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17009&Itemid=913. Acesso em: 31/05/2015.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de

2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencapessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 31/05/2015.

_____. Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31/05/2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 31/05/2015.

_____. **Resolução CNE/CEB 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 31/05/2015.

_____. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – Secretaria de Educação Especial/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17009&Itemid=913. Acesso em: 31/05/2015.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para Todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; Santos, Maria Terezinha dos. **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Moderna, 2010.

ROPOLI Edilene Aparecida; [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. V. 1 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17009&Itemid=913. Acesso em: 31/05/2015.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. V. 6 ((Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17009&Itemid=913. Acesso em: 31/05/2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pedagogia Pedagógica**. Tradução: Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25.06.2015

1.4.21. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 21 - PSICÓLOGO

Psicodiagnóstico; entrevista psicológica; grupos; grupos operativos no ensino; grupos nas instituições; avaliação psicológica; avaliação psicológica em crianças, Ludoterapia; elaboração de relatórios; saúde pública; políticas públicas; Política Nacional de Humanização; Psicologia do trabalho; comportamento organizacional; processo seletivo; recrutamento e seleção; avaliação de desempenho; ética profissional.

-BARROS, D. M. S. & LUSTOSA, M.A. **A ludoterapia na doença crônica infantil**. Rev. SBPH v. 12 n. 2, Rio de Janeiro, dez., 2009.

-BENEVIDES, R. & PASSOS, E. **A Humanização como Dimensão Pública das Políticas de Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v.10, n.3, 2005.

- BLEGER, José. **Temas de Psicologia: entrevista e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha da PNH: Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília: 2005.
- CUNHA, J.A. & col. **Psicodiagnóstico – V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DSM-IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

1.4.22. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 22 - PSQUIATRA

Psiquiatria geral: Transtornos por uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Transtornos do humor. Transtornos de ansiedade. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados. Transtornos relacionados a substâncias. Transtornos neurocognitivos. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios e simulação. Emergências psiquiátricas. Psicoterapia. Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia. Classificação em psiquiatria.

Psiquiatria forense: Perícia e peritos: documentos médico-legais. Perícias psiquiátricas em matéria cível. Perícias psiquiátricas em matéria criminal. Perícias psiquiátricas em matérias previdenciárias e trabalhistas. Psiquiatria forense da infância e da adolescência. Avaliação da capacidade civil. Avaliação da responsabilidade penal. Avaliação de risco de violência. Simulação. Responsabilidade civil do psiquiatra e do perito psiquiatra. Internação psiquiátrica involuntária e internação psiquiátrica compulsória. O segredo profissional e o sigilo pericial.

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- HALES, Robert E; YUDOFKY, Stuart C; GABBARD, Glen O. **Tratado de Psiquiatria Clínica**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- MARTINS DE BARROS, Daniel; TEIXEIRA, Eduardo Henrique. **Manual de Perícias Psiquiátricas**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- SADOCK, Benjamin J; SADOCK, Virginia A; SUSSMAN, Norman. **Manual de Farmacologia Psiquiátrica de Kaplan & Sadock**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- TABORDA, José; ABDALLAH-FILHO, Elias; CHALUB, Miguel. **Psiquiatria Forense**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

1.4.23. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 23 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da prática clínica em Terapia Ocupacional;
 Ocupação Humana e as áreas de Desempenho Ocupacional;
 Modelos de intervenção na Terapia Ocupacional;
 Terapia Ocupacional em Saúde Mental;
 Terapia Ocupacional no Campo Social;
 Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas.

- CAVALCANTI, Adriana e GALVÃO, Claudia(org.). **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Editora, 2007.
- DRUMMOND, Adriana F; REZENDE, Marcia B(org). **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- NEISTADT, M.E. e CREPEAU,E.B. *Willard & Spackman: Terapia Ocupacional*. Trad. Paula Mendes Luz, Rev. Técnica Eliane Ferreira,9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- PAGANIZZI, Liliana y otros. **Terapia Ocupacional Psicosocial**. Escenarios clínicos y comunitários.1ª ed.- Buenos Aires: Editorial Polemos, 2007.
- PADUA, Elisabete M.M; FERIOTII, Maria de L.(org). **Terapia Ocupacional e Complexidade: práticas multidimensionais**.1ªed. Curitiba, PR:CRV, 2013.
- PIRES, MARILDA C.B.; e BASTOS, SIMONE M. **Terapia Ocupacional: Contribuições e Perspectivas no Atendimento à Pessoa Amputada**. 1ª ed. São Paulo: Rio de Janeiro. Livre Expressão, 2013.
- UCHOA-FIGUEIREDO, Lucia da R.,NEGRINI; Silvia F. B. de M(org.). **Terapia Ocupacional: Diferentes Práticas em Hospital Geral**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2009.

1.4.24. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 24 - VETERINÁRIO

Enfermidades de notificação obrigatória, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Epidemiologia e análise de risco; Procedimentos de coleta e envio de amostras para laboratórios; Toxinfecções e Intoxicações Alimentares; Doenças dos animais domésticos e zoonoses de importância em saúde pública: etiologia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e controle. Etiologia, diagnóstico, prevenção e controle em defesa sanitária animal; Sistemas de criação e/ou produção de animais domésticos. Clínica médica e cirúrgica de animais de produção.

-ACHA P.N.; SZYFRES, B. **Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales**. 3ª Ed. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 3 vols. 2003.

-BLOOD D. C., RADOSTITS O. M. **Clínica Veterinária**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

-BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária**. Departamento de Saúde Animal. – Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sa%C3%BAde%20Animal%20-%20low.pdf>. Acesso em: 24/05/2015.

-BRASIL, Ministério da Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Guia de Bolso. 8ed. 2010. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.

-DUBUGRAS, M.T. B.; PÉREZ-GUTIÉRREZ, E. **Perspectiva sobre a análise de risco na segurança dos alimentos. Curso de sensibilização**. Rio de Janeiro: Área de Vigilância Sanitária, Prevenção e Controle de Doenças – OPAS/OMS, 2008. Disponível em: <http://bvs.panalimentos.org/local/File/Apostila_Final_12_08_2008.pdf>. Acesso em: 24/05/2015.

-HOBBS, B. C. ROBERTS, D. **Toxinfecções e Controle Higiênico-Sanitário de Alimentos**. São Paulo: Varela, 1993.

-JONES, T. C; HUNT, R. D.; KING, N. W. **Patologia Veterinária**. 6 ed. São Paulo: Manole, 2000.

-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL, **Código Sanitário para os animais terrestres**, 2012. Disponível em: <<http://www.oie.int/es/normas-internacionales/codigo-terrestre/>>. Acesso em: 24/05/2015.

-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL /OIE/. **Bienestar animal**, 2012. Disponível em: <<http://www.oie.int/es/bienestar-animal/temas-principales/>>. Acesso em: 24/05/2015.

-PANAFTOSA – OPAS/OMS. **Manual veterinário de colheita e envio de amostras: manual técnico**. Cooperação Técnica. MAPA/OPAS/PANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil. Rio de Janeiro: PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2010. Disponível em: <<http://bvs1.panaftosa.org.br/local/File/textoc/SerManTec13.pdf>> Acesso em: 24/05/2015.

-RIBEIRO, L.A.O. **Medicina de Ovinos**. 1 ed. Porto Alegre: Pacartes. 2011.

-RIET-CORREA, F. et al. **Doenças de ruminantes e equinos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

-RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 50.072, de 18 de fevereiro de 2013**. Regulamenta a Lei nº 13.467, de 15 de junho de 2010, que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária animal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

-RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.467, de 15 de junho de 2010**. Dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária animal no âmbito do Estado e dá outras providências.

-RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 38.930, de 30 de setembro de 1998**. Regulamenta a Lei nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998, que instituiu o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul.

-RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998**. Institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

-RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual Nº 48.677, de 12 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea - PROCETUBE; RIO GRANDE DO SUL, Decreto Nº 34.869, de 31 de agosto de 1993 - Altera o Regulamento para a Erradicação da Sarna Ovina no Estado.

-SMITH, B. P. **Tratado de medicina veterinária interna de grandes animais: moléstia de equinos, bovinos, ovinos e caprinos**. Manole, 1. ed. São Paulo: Editora Manole LTDA, 1993.

-THOMSON, W. **Patologia veterinária especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias. Guia de Bolso. 8ed. 2010. <Disponível em:>http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_a_bolso.pdf Acesso em: 10/06/2015

-CRMVPR-CRMVSC-CRMVRS. Manual de Zoonoses Vol.I e II. 2ed. 2010. . <Disponível em:>[http://www.crmvrs.gov.br/Manual de Zoonoses I.pdf](http://www.crmvrs.gov.br/Manual_de_Zoonoses_I.pdf)

-CRMVPR-CRMVSC-CRMVRS. Manual de Zoonoses Vol. II. 1ed. 2011. . <Disponível em:> <http://www.crmvrs.gov.br/Manual de Zoonoses I.pdf>

2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Comum aos empregos: 25 - Agente de Trânsito; 26 - Almoxarife; 27 - Atendente de EMEI; 28 - Fiscal de Saúde; 29 - Monitor de EMEI; 30 - Oficineiro de Artesanato; 31 - Auxiliar de Saúde Bucal; 32 - Técnico de Enfermagem; 33 - Técnico em Contabilidade; 34 - Técnico em Informática.

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUM

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Compreensão e interpretação de textos. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos. Coesão e coerência textuais. Ponto de vista e argumentos. Inferências.

Vocabulário. Significado e expressões no texto. Polissemia e substituição vocabular. Denotação e conotação

Morfologia: Estrutura e formação de palavras. Separação silábica. Relação entre fonema e letra. Classes de palavras e seu emprego. Flexão nominal e verbal. Vozes verbais.

Ortografia: Grafia correta de palavras.

Sintaxe: Frase, oração, período e seus termos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Coordenação e subordinação. Pontuação. Colocação pronominal.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

-CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

-HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

-MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

2.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: Os princípios constitucionais (Arts. 1º a 4º). Direitos e garantias individuais e coletivos (Art. 5º). Direitos Sociais (Art. 6º). Da Organização Político-Administrativa (Art. 18 e 19). Dos Municípios (Arts. 29 a 30). Dos Servidores Públicos (Arts. 39 a 41).

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO 1990 – EMENDA Nº 002 - REVISÃO DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003: Da Organização Municipal (Arts. 1º a 20 e Arts. 32 a 47); Da Administração e Dos Servidores Municipais (Arts. 60 a 64); Da Ordem Econômica Social (Arts. 78 a 94).

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09/06/2015.

-RIO PARDO. Lei Orgânica do Município de Rio Pardo 1990 – Emenda nº 002 - Revisão de 08 de dezembro de 2003. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>>. Acesso em: 09/06/2015.

2.3. PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA EMPREGO

2.3.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 25 - AGENTE DE TRÂNSITO

Código de Trânsito Brasileiro (Disposições preliminares do trânsito; sistema nacional de trânsito; disposições gerais; composição e competência do Sistema Nacional de Trânsito; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Dos pedestres e condutores de Veículos não motorizados; Do Cidadão, Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Da engenharia de tráfego, da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos, Disposições gerais; do Licenciamento; Da condução de escolares; Da habilitação; Das infrações; Das penalidades; Das medidas administrativas; Do processo administrativo, da autuação e julgamento das autuações e penalidades; Dos crimes de trânsito; Dos conceitos, definições e Sinalização).

Do Manual Brasileiro de Fiscalização de trânsito: Infração de Trânsito; Da responsabilidade pela infração (Proprietário, Conductor, Embarcador, Transportador, Responsabilidade Solidária, Pessoa Física ou Jurídica expressamente mencionada no CTB); Autuação; Medidas administrativas (Retenção do Veículo, Remoção do Veículo, Recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação/Permissão para Dirigir, Recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual-CLA/CLRV, Transbordo da Carga Excedente, Recolhimento de Animais que se Encontrem Soltos nas Vias e na Faixa de Domínio das Vias de Circulação); Da Fiscalização específica (Fiscalização de Veículos de Escolares, Fiscalização dos Níveis de Fumaça, Reboques e Semirreboques, Veículos de Carga ou Misto Destinados ao Transporte de Passageiros a Título Precário, Tratores, Ciclomotores, Veículo Estacionado, Veículo Abandonado).

Direção Defensiva (Riscos, perigos e acidentes; Acidente não ocorre por acaso, por obra do destino ou por azar; Manutenção periódica e preventiva do veículo; Uso do cinto de segurança; Colisão traseira; Ultrapassagem; Condições do piso da pista de rolamento).

-BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Legislação complementar atualizada até a publicação do presente Edital. ANEXO I, ANEXO II. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/ctb.htm>>. Acesso em 27.05.2015.

-BRASIL. **Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12760.htm>. Acesso em: 27.05.2015.

-BRASIL. **Lei nº 12.971, de 9 de maio de 2014.** Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/Lei129712014.pdf>>. Acesso em 27.05.2015.

-CONTRAN. **Resolução nº 371 de 10 de dezembro de 2010** - Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume I – Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários. Disponível em:

<http://www.denatran.gov.br/download/MANUAL_BRASILEIRO_DE_FISCALIZACAO_DE_TRANSITO.pdf>.

Acesso em 27.05.2015.

-CONTRAN. **Resolução nº 497, de 29 de julho de 2014** - Altera o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume I – Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários. Disponível em:

<<http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/Resolucao4972014.pdf>>. Acesso em 27.05.2015.

-DENATRAN. **Manual de direção defensiva.** Maio, 2005. Disponível em:

<http://www.vias-seguras.com/comportamentos/direcao_defensiva_manual_denatran>. Acesso em 27.05.2015.

2.3.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 26 - ALMOXARIFE

O PAPEL DO ALMOXARIFE NO SISTEMA DE MATERIAIS DA ORGANIZAÇÃO: A Eficiência e a Eficácia no Sistema de Materiais; Políticas, Objetivos, Estratégias, Funções e Operações do Almoxarife; Logística Integrada no Sistema de Materiais da Organização.

O SISTEMA DE COMPRAS: Cadastro e Homologação dos Fornecedores; Programações e Planos de Provisionamentos de Materiais; Tipos e Sistemas de Compras; Manuais e Normas Legais e Regulamentadoras de Compras e Suprimentos na Organização Pública e Privada; Compras para Projetos x Compras para Reposições/Operações Básicas.

ALMOXARIFADOS OU ÁREAS DE ESTOCAGENS: Gestão dos Estoques – Sistemas de Estocagem, Movimentações/Manuseios de Materiais, Entradas e Saídas de Materiais; Diversificações dos Estoques e Aprovisionamento de Materiais; Qualificações dos Estoques – Especificações, Codificações, Catalogações, Padronizações, Depuração e Testes de Materiais, Armazenagem e Preservação dos Materiais.

CONTROLES DE MATERIAIS: Classes ABCDE de Estoques; Parâmetros de Reposição; Otimização dos Cálculos de Níveis, Prazos e Limites dos Estoques; Formatos de Ordenação e Inventários de Material; Sistematização dos Controles Físicos, Financeiros e Potencial de Materiais.

SISTEMAS COMPLEMENTARES DE ESTOQUES: Alienações; Seguros; Consertos; Comunicações; Subalmoxarifados.

-ARAÚJO, Jorge S.de. **Administração de Materiais**. Ed. Atlas,1986.

-BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: Administração de Material e Distribuição Física**. Ed. Atlas, 2007.

-CHIAVENATO, Idalberto – **Princípios de Administração: O Essencial em Teoria Geral da Administração**. Ed. Elsevier, 2006.

-DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais – uma Abordagem Logística**. 4ªed. Ed.Atlas, 1993.

-FRANCISCHINI, Floriano G. ; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de Materiais e do Patrimônio**. Ed. Pioneira Thomson Learnig, 2004.

-MOURA, Cássia – **Gestão de Estoques: Ação e Monitoramento na Cadeia Logística Integrada**. Ed. Ciência Moderna, 2004.

2.3.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 27 - ATENDENTE DE EMEI

Legislação de educação infantil;

Saúde, higiene e cuidados em crianças de escola infantil;

Funções do atendente de escola infantil;

Higiene e cuidados dos espaços da escola infantil;

Alimentação das crianças em escola infantil;

O lúdico na educação infantil;

Desenvolvimento e aprendizagem em crianças de 0 à 6 anos;

Educação especial e inclusiva na escola infantil.

-ANDRADE, Luiza; Revista Nova Escola. **Na creche, o que fazer na hora do choro?**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/0-a-3-anos/creche-fazer-hora-choro-475208.shtml>>.

Acesso em: 01.06.2015.

-BEZERRA, Edson Alves. **A Importância do Jogo na Educação Infantil**. Disponível em: <<http://www.hdb.org.br/data/site/uploads/arquivos/A%20Import%C3%A2ncia%20do%20Jogo%20Na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015

-BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/discover>>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. **Resolução CNE/CEB N. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Diário oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação: Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Higiene e Segurança nas Escolas**. Curso Técnico de formação para os funcionários da educação. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

-COVISA, Coordenação de vigilância em saúde. **Manual de boas práticas de higiene e de cuidados com a saúde para centros de educação**. Julho, 2008. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Manual_Boas_Praticas_CEI_2008_1255096253.pdf>. Acesso em: 01.06.2015.

-DME/Setor de Treinamento Estágio e Projetos – TEP. **Manual do programa de alimentação nos centros de educação infantil conveniados**, 2010. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/sitemerenda/documentos/manuais_folhetos/manuais/manual_cej_conv_2010.pdf>. Acesso em: 01.06.2015

-GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Orientações para profissionais da educação infantil**. Julho, 2010. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1053798/DLFE-203708.pdf/ManualdeOrientacoesSMEfinaleducacaoinfantil.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

-LOPES, Noêmia; Revista Nova Escola. **Higiene: os cuidados essenciais na creche**. Disponível em:
<<http://revistaescola.abril.com.br/creche-pre-escola/higiene-cuidados-essenciais-creche-702850.shtml>>. Acesso em: 01.06.2015.

-MARANHÃO, Damaris Gomes; VICO, Eneide Sanches Ramos. **Um ambiente seguro e saudável na Educação Infantil**. Revista Avisa lá, ed. 22 de abril de 2005. Disponível em:
<<http://avisala.org.br/index.php/assunto/jeitos-de-cuidar/um-ambiente-seguro-e-saudavel-na-educacao-infantil/>>. Acesso em: 01.06.2015.

-MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FERREIRA, Caline Cristine de Araújo. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras**. Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-65382009000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 01.06.2015.

-VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Disponível em:
<<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/924/698>>. Acesso em: 01.06.2015.

2.3.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 28 - FISCAL DE SAÚDE

Educação em saúde: conceito, perspectivas e processos educativos em saúde.

Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, e controle social.

Plano Nacional de Educação Fiscal (PNEF): diretrizes, objetivos e abrangência.

Educação Fiscal: conceito e linhas de ação.

Vigilância Sanitária (VISA): concepção e estratégias de atuação.

O profissional da VISA na escola, no currículo e nos diferentes níveis de ensino.

Medicamentos: referências, finalidades, identificação, usos, cuidados e controle sanitário.

Alimentação: funções, tipos de alimentos, preparação e consumo, valor nutricional, prevenção e controle sanitário.

Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS): concepção e plano de ação.

-BRASIL. **Lei Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A educação que produz saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em:
<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0209_M.pdf>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/diretrizes_miolo.pdf>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária: alimentos, medicamentos, produtos e serviços de interesse à saúde**. Brasília: Anvisa, 2007. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/288865804745965e9e2ade3fbc4c6735/guia_didatico.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária e Escola: parceiros na construção da cidadania/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Brasília: Anvisa, 2008. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/propaganda/manual_visaescola_profissionais.pdf>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Educação fiscal no contexto social** / 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.(Serie Educação Fiscal. Caderno 1).

-BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf>.

Acesso em: 01.06.2015.

2.3.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 29 - MONITOR DE EMEI

Desenvolvimento e aprendizagem de crianças até 6 anos.

Funções do monitor de escola infantil.

Educação das crianças na escola infantil.

O lúdico na educação infantil.

Adaptação das crianças na escola infantil.

Saúde, higiene e alimentação na educação infantil.

Educação especial e inclusiva na escola infantil.

Legislação Brasileira da educação infantil.

Recreação para crianças até 6 anos.

-BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 01.06.2015.

-BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/19339>>. Acesso em: 01.06.2015.

-CARVALHO, João Eloir de. **Material de apoio da atividade esporte e recreação**. Pró-reitoria comunitária e de extensão. Disponível em:

<<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237436911311194303.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

-EDUCAÇÃO, Educação Infantil por Pedagogia ao Pé da Letra. **Desenvolvimento e a aprendizagem na etapa de 0 a 6 anos**. Publicado em 25 de março de 2013. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/desenvolvimento-e-a-aprendizagem-na-etapa-de-0-a-6-anos/>>. Acesso em: 01.06.2015

-FANTACHOLI, Fabiane das Neves. **O Brincar na Educação Infantil: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras – Um Olhar Psicopedagógico**. Revista Científica Aprender. 5ª Edição: 12/2011. Disponível em:

<<http://revista.fundacaoaprender.org.br/index.php?id=148>>. Acesso em: 01.06.2015.

-INFANTIL, Revista Criança do Professor de Educação. **Educação da Criança de 0 a 3 anos em espaço coletivo**. Da página 09 à 19. Número 46. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3668&Itemid=>

Acesso em: 01.06.2015.

-IAVELBERG, Catarina. **O papel do monitor, inspetor ou bedel na formação dos alunos**. Revista Gestão Escolar. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/equipe/papel-monitor-inspetor-ou-bedel-formacao-alunos-623663.shtml>>. Acesso em: 01.06.2015.

-MARANHÃO, Damaris Gomes. **Saúde e bem estar das crianças: uma meta para educadores infantis em parceria com familiares e profissionais de saúde**. Agosto/2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6677&Itemid=>>. Acesso em: 01.06.2015

-MARANHÃO, Damaris Gomes. **O cuidado como elo entre saúde e educação**. Dezembro/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a06.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.

- SALLA, Fernanda. **Como fazer uma boa adaptação no berçário**. Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/0-a-3-anos/como-fazer-boa-adaptacao-bercario-bebes-creche-617844.shtml>>. Acesso em: 01.06.2015.
- SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. **A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira as situações de ensino não direcionado**. Ano: 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.
- SCHIAVO, Adriana Ap. Noronha; RIBÓ, Cristiane M. Escamilhas. **“Estimulando todos os sentidos de 0 a 6 anos”**. Seminário do 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil UNICAMP. Campinas/ 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss17_01.pdf>. Acesso em: 01.06.2015.
- TETZCHNER, Stephen von; BREKKE, Kari Merete; SJOTHUN, Bente; GRINDHEIM, Elisabeth. **Inclusão de crianças em educação pré-escolar regular utilizando comunicação suplementar e alternativa**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 01.06.2015.
- VALLE, Tânia Gracy Martins; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Práticas em Educação Especial e Inclusiva**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. V. 12: il. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro12.pdf>>. Acesso em: 01.06.2015.
- VIGOTSKI, Lev Semyonovitch. **A Formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

2.3.6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 30 - OFICINEIRO DE ARTESANATO

História e Artesanato

Relações entre Cultura Popular, Folclore e Artesanato

Arte e Artesanato – Projetos de economia criativa

Artesanato sustentável

O fazer artesanal e as matérias primas

Artesanato e identidade de grupos de artesãos brasileiros

Processos e manualidades no artesanato – a oficina do artesão

-Em <<http://www.criaticidades.com.br/>>. Visitado em 27.05.2015. **Site sobre cidades criativas e economia criativa e empreendedorismo**.

-Em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Artesanato>>. Visitado em 27.05.2015. **Site da Enciclopédia Aberta Wikipédia sobre artesanato – verificar também links interligados sobre o tema**

-Em <<http://artedobrasil.com.br/home.html>>. Visitado em 27.05.2015. **Site de artistas artesãos do Brasil**.

-Em <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=1>. Visitado em 27.05.2015. **Site do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular**.

-Em <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Visitado em 27.05.2015. **Site da Secretaria da Economia Criativa Brasileira**.

-Em <<http://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/conceitos.html>>. Visitado em 27.05.2015. **Site de um Projeto Experimental de Arte e Artesanato envolvendo Filosofia, Sociologia, História, com entrevistas e aulas gravadas**.

-Em <<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>>. Visitado em 27/05/2015. **Texto em PDF da Carta do Folclore Brasileiro elaborada pela Comissão Nacional do Folclore**.

-LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato em debate: entrevista**. Entrevistador: Paulo Keller. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, v. 8, n. 15, p. 187-210. Jan/Jun. 2011. Disponível em:

<[Lima, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: entrevista. Entrevistador: Paulo Keller. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, v. 8, n. 15, p. 187-210, jan./jun. 2011](http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf)>. (PDF, 305Kb, 12 páginas). Acesso em 27.05.2015.

-LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda?** Texto preparado, em primeira versão sob o título “Engenho e arte”, para o Programa Um Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro. Disponível em:

[Lima, Ricardo Gomes. Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda? Texto preparado, em primeira versão sob o título “Engenho e arte”, para o Programa Um Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro. \(PDF, 94Kb, 10 páginas\). Acesso em 27.05.2015.](#)

2.3.7. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 31 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

A saúde bucal no âmbito da Estratégia de Saúde da Família.

Acolhimento do paciente nos sistemas de saúde.

Atendimento telefônico e a demanda de usuários do SUS.

Atitudes em promoção e prevenção da saúde da família, de grupos e individual.

Competências profissionais do auxiliar de consultório dentário.

Ergonomia e Organização em serviços de odontologia.

Ética profissional e Relações humanas no trabalho.

Humanização da assistência em saúde.

Instrumentação cirúrgico-odontológica.

Prevenção e controle de riscos em serviços de odontologia.

-ABOPREV: **Promoção de Saúde Bucal/Coordenação Léo Krieger**. – 3ª ed. – São Paulo: Artes Médicas, 2003.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 156 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/servicosauade/manuais/manual_odonto.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário / Ministério da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 24 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_cons_dent_final.pdf. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar – Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde**. 2. ed. Revista. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. CARRILHO. Disponível em: <bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pnhah01.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:

<http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 290 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II). Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_28.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-GABARDO, M.; MORAZ, C. P. **Formação inicial e continuada recepcionista**, IFPR - Instituto Federal do Paraná, 2012 Disponível em:

<200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2012/07/rec1.pdf> Acesso em: 01/06/2015.

-SESC. DN. DPD. **Manual técnico de educação em saúde bucal** /Claudia Márcia Santos Barros, coordenador. – Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007.132p.: il. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manualTecnicoEducacaoSaudeBucal.pdf>>. Acesso em: 01/06/2015.

2.3.8. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 32 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Doenças sexualmente transmissíveis.

Ética e Lei do Exercício Profissional.

Imunizações.

Limpeza e desinfecção de Superfícies.

Limpeza, desinfecção esterilização e de materiais.

Prevenção de infecções.

Técnicas e procedimentos de enfermagem: administração de medicamentos, coleta de material para exame, realização de curativos, medidas de conforto e higiene.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST. **Cadernos de Atenção Básica – número 18**. Disponível em:

<bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcd18.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADULTO E DO IDOSO**. Disponível em: <aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calendário.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

-BRASIL. **Lei N.º 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem. Disponível: <www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. – Brasília: Anvisa, 2007. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao_maos/manual_integra.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância. **RESOLUÇÃO - RDC N 15, de 28 de março de 2014**. Dispõe sobre os requisitos relativos à comprovação do cumprimento de Boas Práticas de Fabricação para fins de registro de Produtos para Saúde e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.sbpcc.org.br/upload/conteudo/anvisa_rdc15_2014.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies/Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Brasília: Anvisa, 2010. 116 p. Disponível em:

<<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4ec6a200474592fa9b32df3fbc4c6735/Manual+Limpeza+e+De+sinfeccao+WEB.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN 311/2007**. Porto alegre: COREN. Disponível em:

<se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

-VOLPATO, Andrea Cristine Bressane; PASSOS, Vanda Cristina dos Santos. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. Editora Martinari, 4ª Edição, 2014.

2.3.9. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 33 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Contabilidade Pública: conceito; objetivos; campo de aplicação; estruturas contábeis; regimes contábeis, sistema de informações. Princípios Contábeis.

Patrimônio: conceito; classificação do patrimônio; avaliação e variações patrimoniais. Efeitos das variações orçamentárias e independentes da execução orçamentária sobre o patrimônio público. Componentes Patrimoniais: ativo, passivo e situação líquida (ou Patrimônio Líquido). Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

Conta: conceito, débito, crédito, saldo, teoria, função, estrutura, contas patrimoniais e de resultado. Sistema de contas. Plano de contas. Provisões em geral.

Escrituração: Conceito e métodos. Lançamento contábil: rotina e fórmulas. Processo de escrituração.

Créditos, Dívidas e Bens Públicos: definição e classificação da dívida e dos bens públicos. Conceito, inscrição e baixas de Dívida Ativa e de Restos a Pagar.

Administração Pública: conceitos; espécies e características das entidades administração direta e indireta. Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Orçamento Público: conceitos; tipos; princípios orçamentários; fases do processo orçamentário; classificação funcional programática; programa; projeto; atividade; operação especial;

Créditos Adicionais: conceitos, espécies, vigências, condições gerais de sua ocorrência.

Processo Orçamentário: Conceitos, conteúdos, anexos, prazos e disposições legais e constitucionais do Plano Plurianual de Investimentos e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Receita Pública: conceito; classificações; estágios da receita.

Despesa Pública: conceito; classificações; estágios da despesa; Regime de Adiantamento.

Licitação Pública: conceito; princípios; editais; modalidades; prazos; dispensa e inexigibilidade; contratos: publicação, alterações, inexecução ou rescisão; pregão.

Sistemas e Plano de Contas: conceitos; elencos; escrituração de operações típicas da contabilidade pública; encerramento de contas; registros nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultados e de compensação.

Demonstrações Contábeis: conceitos e elaboração dos balanços orçamentários, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais e relatórios exigidos pela legislação vigente.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado, Atualizada até a Emenda n.º 88, de 07/05/2015.

BRASIL. **Lei n.º 8.666/1993** e suas alterações/atualizações. Institui normas para licitações e contratos da Administração. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei n.º 8.883/1994** e suas alterações/atualizações. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional **sobre receita e despesa pública vigentes na data do edital**.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado**. Porto Alegre, Atualizada até a Emenda n.º 57, de 21/05/2008.

Rio Pardo. **Lei Orgânica do Município de Rio Pardo e suas atualizações**. Disponível em: <www.riopardo.rs.gov.br>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

BRASIL. **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (procedimentos contábeis orçamentários)**. 5ª edição. Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Contabilidade, 2013. Disponível em:

<<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais>>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. **Portaria MOG nº. 42, de 14 de abril de 1999 e atualizações posteriores**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em: 16.06.2015.

BRASIL. **Portaria conjunta Nº. 05, de 08 de dezembro de 2011**. Altera a Portaria Interministerial STN/SOF Nº. 163, de 4 de maio de 2001 e a Portaria Interministerial STN/SOF, N.º I, de 20 de junho de 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: **Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP – NBCT 16.1 até a NBCT 16.11** – Disponível em <www.cfc.org.br>; <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais>>. Acesso em: 16.06.2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC N.º 1.367/11**. Altera o apêndice II da Resolução CFC n.º 750/93, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.111/07. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 16.06.2015.

2.3.10. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO EMPREGO - 34 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Hardware de computadores: placa-mãe; memória; unidade central de processamento; unidades de entrada/saída; funcionamento do computador; arquitetura de computadores; barramentos; fontes de alimentação; instalação dos componentes de hardware; manutenção dos componentes de hardware.

Instalação e manutenção de computadores: configuração do computador, particionamento e formatação do HDD; observando o funcionamento; solução de problemas; manutenção preventiva.

Redes de Computadores (Topologia de rede, Protocolo IP (DHCP e Fixo), Compartilhamento de arquivos (regras), Modems, HUBs, Switches, Roteadores Wireless).

Sistemas Operacionais: conhecimentos básicos de Linux e, especificamente, do Ubuntu 14 LTS em diante.

Banco de Dados: conhecimentos básicos em SQL e do SGBD PostgreSQL 8 em diante; conhecimento sobre instalação e operação do SGBD Firebird, procedimentos de backup e restauração das bases de dados.

-COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA. **Apostila Técnica Curso Montagem e Manutenção de Micros**. Rio de Janeiro, Novembro de 2008. Disponível em:

<http://blog.segr.com.br/wp-content/uploads/2013/09/3_2_infra_estrutura_apostila_curso_montagem_manutencao.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

-Em <<http://www.vivaolinux.com.br/dica/Instalando-Ubuntu-1404-LTS>>. **Instalando Ubuntu-14.04-LTS**. Acesso em: 02 de junho de 2015.

-Em <<http://pgdocptbr.sourceforge.net/pg80/>>. **Documentação do PostgreSQL 8.0.0**. Acesso em: 02 de junho de 2015.

-FERREIRA, Rubem E. **Linux: guia do administrador do sistema**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Novatec, 2008.

-HOLCOMBE, Jane; HOLCOMBE, Charles. **Dominando os Sistemas Operacionais**. Rio de Janeiro: Osborne McGraw Hill, 2003

-JÚNIOR, José R. Paiva. **Guia para instalação do Firebird**. Ano: 2005. Disponível em: <www.paiva.eti.br/Documentos/guias/Instalando%20o%20Firebird.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

-KUROSE, James F. **Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down**. 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010.

-MARÇULA, Marcelo. **Informática: conceitos e aplicações**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2005.

-RODRIGUES, Anderson Haertel. **Acesso Nativo com o InterBase Express "IBX"**. Colaboração: Marcus Boi. Disponível em: <central.meganick.com.br/dl.php?type=d&id=25>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

-SILBERCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.

-SIMIONI, Dionatan. **Guia de pós-instalação: Deixando o Ubuntu 14.04 LTS perfeito para o seu uso diário**. Disponível em: <<http://www.diolinux.com.br/2014/04/deixe-o-ubuntu-1404-lts-perfeito-para-uso.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

-SOUZA, Janaina Silva de. **Montagem e Manutenção de Computadores**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2011. Disponível em:

<http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_infor_comun/tec_man_sup/081112_manut_mont.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

-UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Manutenção de computadores Formatação e solução de problemas comuns**. PET Engenharia de Computação. Disponível em:

<http://www.inf.ufes.br/~pet/projetos/tutoriais_linux/apostila.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

-VAL, Carlos Eduardo do. **Ubuntu – Guia do Iniciante - Orgulho Geek**. Vitória, ES – 2010. Disponível em: <ftp://ftp.feis.unesp.br/softwarelivre/Apostilas/Ubuntu/ubuntu_guia_do_iniciante.pdf>. Acesso em:

11.06.2015.

-VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Comum aos empregos: 34 - Auxiliar Administrativo; 35 – Eletricista.

3.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Interpretação de textos. Compreensão global do texto. Informações, literais e inferências. Estruturação do texto e dos parágrafos. Recursos de coesão.

Vocabulário. Significação das palavras e expressões do texto. Substituição das palavras e expressões do texto.

Ortografia. Sistema oficial vigente. Relações entre fonemas e grafias. Acentuação gráfica.

Morfologia. Classe de palavras e seu emprego. Flexão nominal e verbal.

Sintaxe. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do acento indicativo de crase. Colocação de termos e orações no período. Coordenação: emprego das conjunções. Equivalência e transformação de estruturas. Pontuação.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

-CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

3.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: Os princípios constitucionais (Arts. 1º a 4º). Direitos e garantias individuais e coletivos (Art. 5º). Direitos Sociais (Art. 6º). Da Organização Político-Administrativa (Art. 18 e 19).

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO 1990 – EMENDA Nº 002 - REVISÃO DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003: Da Organização Municipal (Arts. 1º a 20); Da Administração e Dos Servidores Municipais (Arts. 60 a 77); Da Ordem Econômica Social (Arts. 78 a 89).

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09/06/2015.

-RIO PARDO. Lei Orgânica do Município de Rio Pardo 1990 – Emenda nº 002 - Revisão de 08 de dezembro de 2003. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>>. Acesso em: 09/06/2015.

3.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE MATEMÁTICA

Conjuntos: representação, determinação, relação de pertinência, relação de inclusão, operações entre conjuntos, resolução de problemas.

Conjuntos Numéricos (Naturais, Inteiros, Racionais e Reais).

Sistema de Numeração Decimal.

Múltiplos e divisores, divisibilidade, critérios de divisibilidade, números pares e ímpares, números primos e números compostos, decomposição de um número em fatores primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.

Frações e números decimais: leitura, identificação, representação, comparação, equivalência, simplificação, forma mista, transformação de frações em números decimais e vice-versa, operações, expressões e resolução de problemas.

Equações e Inequações de 1º e 2º graus e sistemas de equações, gráficos, problemas envolvendo resolução de equações e de sistemas de equações.

Razão, proporção e porcentagem, escalas, grandezas direta e inversamente proporcionais, divisão em partes proporcionais, regra de três simples e composta (direta e inversa).

Medidas de tempo, de comprimento, de massa, de capacidade (unidade padrão, mudança de unidades e resolução de problemas).

Geometria Plana e Espacial - perímetro e área de figuras geométricas planas e volume de figuras geométricas tridimensionais (inscritas e circunscritas). Área do círculo e comprimento da circunferência. Volume do cone e do cilindro.

Ângulos: medida, classificação, operações com medidas de ângulos. Ângulos complementares e suplementares. Resolução de problemas.

Expressões algébricas, operações com expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração de produtos notáveis, equações fracionárias.

Semelhança de triângulos: Teorema de Tales. Relações métricas no triângulo retângulo.

Teorema de Pitágoras e suas aplicações.

Noções de matemática financeira (porcentagem, taxa de porcentagem, lucro, prejuízo, acréscimo, desconto, juros simples e juros compostos).

Análise de informações dadas através de gráficos e tabelas.

-BONJORNO, José Roberto et al. **Matemática – fazendo a diferença**. - Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2009.

-BIANCHINI, Edvaldo. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (Coleção do 6º ao 9º ano).

-DANTE, Luiz Roberto. **Tudo é Matemática**. São Paulo: Ática, 2013. (Coleção do 6º ao 9º ano).

-IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antonio. **Matemática e Realidade**. São Paulo: Atual, 2013. (Coleção do 6º ao 9º ano).

-IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (Coleção do 6º ao 9º ano).

4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Comum aos empregos: 36 - Calceteiro; 37 - Mecânico; 38 - Operador de Máquinas e Equipamentos Rodoviários; 39 - Vigia.

4.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Interpretação de textos. Compreensão global do texto. Informações, literais e inferências. Estruturação do texto e dos parágrafos. **Vocabulário.** Significação das palavras e expressões do texto. Substituição das palavras e expressões do texto. **Ortografia.** Sistema oficial vigente. Relações entre fonemas e grafias. Acentuação gráfica. **Morfologia.** Classe de palavras e seu emprego. Flexão nominal e verbal. **Sintaxe.** Concordância nominal e verbal. Pontuação.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

-TUFANO, Douglas. **Gramática Fundamental – 5º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

-VALÉRIO, Geonice; VALÉRIO, Gildete; GIACOMOZZI, Gilio. **Descobrimo a Gramática – 5º ano**. Edição Renovada. São Paulo: FTD, 2012.

4.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: Os princípios constitucionais (Arts. 1º a 4º). Direitos e garantias individuais e coletivos (Art. 5º). Direitos Sociais (Art. 6º).

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO 1990 – EMENDA Nº 002 - REVISÃO DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003: Da Organização Municipal (Arts. 1º a 8º); Da Administração e Dos Servidores Municipais (Arts. 61 a 64); Da Ordem Econômica Social (Arts. 78 a 89).

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09/06/2015.

-RIO PARDO. Lei Orgânica do Município de Rio Pardo 1990 – Emenda nº 002 - Revisão de 08 de dezembro de 2003. Disponível em:

<<http://www.riopardo.rs.gov.br/site/legislacao/index/id/10/?Lei-Organica.html>>. Acesso em: 09/06/2015.

4.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE MATEMÁTICA

Conjuntos: identificação, representação, relação de pertinência e inclusão.

Sistema de Numeração Decimal: leitura, escrita, comparação, composição e decomposição de números, operações, expressões numéricas e problemas. Os números e suas diferentes funções.

Números pares e ímpares, múltiplos e divisores, critérios de divisibilidade.

Medida de comprimento, massa, capacidade e tempo.

Sistema monetário e preenchimento de cheques.

Figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, triângulo, losango, trapézio, paralelogramo), seus contornos e medidas de comprimento. Figuras geométricas tridimensionais (cone, cilindro, pirâmide, paralelepípedo, cubo). Planificação de figuras geométricas tridimensionais.

Localização de pontos em malhas quadriculadas, deslocamentos e trajetórias.

Simetria.

Sequências e padrões (numéricas e geométricas).

Frações: representação, identificação, comparação, equivalência, operações, expressões numéricas envolvendo operações com frações e resolução de problemas.

Análise de dados em tabelas, quadros e gráficos.

Problemas envolvendo relações lógicas.

-DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2013. (Coleção do 1º ao 5º ano).

_____. **Alfabetização Matemática**. São Paulo: Ática, 2012. (Projeto Ápis – coleção do 1º ao 4º ano).

-IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. **Projeto Presente Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (Coleção do 1º ao 5º ano).

-Projeto Buriiti. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (Coleção da Alfabetização ao 4º ano).

-SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; MARIM, Vlademir. **Saber matemática**. São Paulo: FTD, 2008. (Coleção do 1º ao 5º ano).